

## A formação dos mestres de ofício da imprensa sergipana no contexto da educação profissionalizante do início do século XX

*The training of craft masters of the press in Sergipe in the context of professional education at the beginning of the 20<sup>th</sup> century*

Germana Gonçalves de Araujo<sup>I</sup> , Fabricia Guimarães Sobral Cabral<sup>II</sup> ,  
Aglaene dos Santos Mendonça<sup>III</sup> 

### RESUMO

Este artigo investiga a formação de tipógrafos em Sergipe partindo do estudo de 14 edições da revista *Sergipe Artífice*, produzida na oficina de artes gráficas da Escola de Aprendizes Artífices do estado entre os anos de 1934 e 1945. O objetivo é compreender as características históricas e de produção gráfica presentes na feitura da revista, identificando os sujeitos e suas práticas por meio do exame dos documentos históricos. Seguimos as orientações do método de análise do conteúdo segundo Bardin (1977), resumidas em três fases: pré-análise, exploração das fontes e dos resultados e interpretações. Como resultado, as autoras descobriram uma relação nominal de 31 tipógrafos aprendizes, que, no processo formativo, adquiriam conhecimentos gerais e técnicos envolvendo tipografia, impressão e encadernação. As conclusões indicam que concepções modernistas regulavam as práticas dos aprendizes de tipografia, mesmo antes da formação do profissional de *design* no Brasil. Este estudo também contribui para a área da História e da memória gráfica ao revelar, no campo social, que a formação em tipografia era uma possibilidade para a população negra de Aracaju no contexto pós-abolição.

**Palavras-chave:** Formação de tipógrafos. *Sergipe Artífice*. Impressos da década de 1930.

### ABSTRACT

*This article investigates the training of typographers in Sergipe based on the study of 14 issues of the Sergipe Artífice magazine produced in the graphic arts workshop of the Apprentice Craftsman School of the state between 1934 and 1945. The aim is to understand the historical and the graphic production characteristics in the making of the magazine, identifying the subjects and their practices by examining historical documents. We follow the guidelines from the content analysis method according to Bardin (1977), summarized in three phases: pre-analysis; exploration of sources and results; interpretations. As results, the authors discovered a nominal list of 31 apprentice-typographers, who in the training process acquired general and technical knowledge involving typography, printing and bookbinding. The conclusions indicate that modernist conceptions regulated the practices of typography apprentices even before the training of design professionals in Brazil. This study also contributes to the area of History and Graphic Memory by revealing in the social field that training in typography was a possibility for the black population of Aracaju in the context of the post-abolition period.*

**Keywords:** Training of typographers. *Sergipe Artífice*. Printed materials from the 1930s.

---

<sup>I</sup>Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Artes Visuais e Design – São Cristóvão (SE), Brasil.  
E-mail: germana@academico.ufs.br

<sup>II</sup>Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Artes Visuais e Design – São Cristóvão (SE), Brasil.  
E-mail: fabriciagsc@academico.ufs.br

<sup>III</sup>Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Artes Visuais e Design – São Cristóvão (SE), Brasil.  
E-mail: aglaenesantosm@yahoo.com.br

Recebido em: 17/01/2025. Aceito em: 06/05/2025

## INTRODUÇÃO

No ano em que o golpe republicano completava duas décadas, despontaram nas capitais do Brasil as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), frutos de projeto implementado pelo sétimo presidente da jovem república brasileira, Nilo Procópio Peçanha (1909–1910). Com a morte do presidente Afonso Pena (1906–1909), o então vice-presidente assumiu o cargo por um curto período e, assim, foi o gestor responsável por publicar o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as EAAs. Transcorridos quase dois anos da publicação desse decreto, em 1º de maio de 1911, foi inaugurado, em Aracaju, capital do estado de Sergipe desde 1855<sup>1</sup>, o modelo institucional para a formação de mestres do ofício gráfico no estado.

A tarefa aqui proposta, de discutir a formação desses profissionais e caracterizar a escola de artífices de Sergipe do início do século XX, integrante de um projeto nacional, não é simples, tendo em vista a disponibilidade inconstante das fontes documentais e o pioneirismo da empreitada. De qualquer modo, mesmo sem contar com os vestígios oficiais perdidos, perseguir a relação entre a História e o *design* gráfico, mais especificamente o ramo da chamada memória gráfica, e enfrentar tal pesquisa — que atravessa estudos anteriores no campo da Educação — foram fundamentais para desvendar como a tipografia se instalou no estado e de que maneira foram formados os profissionais locais que operavam os prelos ainda na primeira metade do século passado.

Cientes de que estamos lidando com um quebra-cabeça com muitas peças, algumas espaçadas e outras inexistentes, o presente artigo utilizou como fonte de estudo as 14 edições da revista *Sergipe Artífice*, no recorte temporal de 1934 a 1945. A produção da revista foi inaugurada pela seção de artes gráficas da EAA de Sergipe (EAA-SE), depois foi continuada e retomada pelas outras unidades de formação instaladas no mesmo local consecutivamente. Assim, este estudo busca pistas tanto nos textos quanto nos aspectos gráficos dos impressos produzidos no âmbito desse espaço escolar de formação profissionalizante, com ênfase em três pontos:

- quem foram os sujeitos históricos dessa instituição que desenvolviam ou aprendiam a função de tipógrafo;
- em que esses aprendizes eram instruídos a pensar ou o que reproduzir como conteúdo editorial;
- quais eram as reflexões observáveis sobre a função e a identidade do tipógrafo.

Com tais questões em vista, o caminho construído para este trabalho passa por uma análise histórica local e nacional em um percurso indissociável do *design* com a História. Assim, os aspectos gráficos são examinados em conexão com características políticas, sociais, econômicas, educacionais e culturais que perpassam o espaço e o tempo associados à investigação.

---

1 Aracaju surgiu como cidade planejada em razão de necessidades econômicas e disputas políticas. Isso se deu no governo do presidente da província, Ignácio Barbosa (1853–1855), por meio da Resolução nº 413, de 17 de março de 1855, portanto, à época da fundação da instituição em estudo.

Operacionalmente, no exame dos documentos históricos, seguimos as orientações da análise de conteúdo segundo Bardin (1977), cujo método pode ser resumido em três fases:

- pré-análise;
- exploração das fontes e dos resultados;
- interpretações.

Na aplicação da análise de conteúdo, foi elaborado um quadro exploratório para organizar as informações coletadas nos exemplares da revista *Sergipe Artífice*, identificando:

- número/ano da revista;
- nomes mencionados dos alunos ou professores do curso de tipografia;
- tipo de conteúdo gerado pelos estudantes (título e autoria, notas e outras);
- composição tipográfica, considerando a autoria, caso houvesse identificação.

Além disso, para entender as conexões entre a História e o *design*, dialogamos com produções historiográficas e estudos da memória gráfica sobre o espaço educativo e a produção da revista. Por fim, realizou-se o reconhecimento dos discursos no conteúdo das notícias que permitissem relacionar contexto histórico e questões gráficas.

## **ESCOLA DE FORMAÇÃO DE MESTRES DE OFÍCIO EM ARACAJU**

No início do século XX, foi inaugurada em Aracaju a EAA como parte de um projeto nacional de formação educacional para o trabalho. Nesse período, o Brasil era marcado por uma sociedade predominantemente agrária, baseada em estruturas políticas características da Primeira República, tais como o coronelismo e a política dos governadores. No contexto político de Sergipe, o presidente do estado, Rodrigues Dória, havia deixado uma carta de renúncia assinada, mas reassumiu o cargo com apoio da força federal enviada por Nilo Peçanha. No âmbito educacional, a maioria da população não era alfabetizada, cenário que não impediu que as cidades, principalmente as capitais, iniciassem processos de modernização urbana. Assim sendo, enquanto vivia alterações na paisagem urbana, Aracaju foi o local de implementação da última EAA do país.

Doravante, depois de superar os desafios da natureza para a realização do projeto urbanístico e se consolidar como centro político administrativo na segunda metade do século XIX, Aracaju, no primeiro quartel do século seguinte, passou por transformações representativas dos tempos modernos. Segundo Dantas (2022, p. 48), a cidade tornou-se o centro industrial e comercial de Sergipe, local com o maior número de indústrias em operação. A cidade abrigou duas grandes indústrias têxteis: a Fábrica Sergipe Industrial, com atividades iniciadas em 1882, e a Fábrica Confiança, inaugurada em 18 de outubro de 1918. Elas estavam localizadas fora do plano inicial do projeto urbanístico, mas em uma região muito próxima ao porto da capital.

Destarte, a nova dinâmica urbanística atraiu a migração tanto da classe social mais abastada, seduzida pelo consumo de novos hábitos, quanto de grupos sociais menos favorecidos, que viam na transmutação de ares a esperança de uma vida mais digna e próspera, diante da possibilidade de encontrar trabalho. A classe favorecida passou a residir na área central da cidade, cuja localização privilegiada também atraiu a instalação de casas tipográficas<sup>2</sup>. Por isso,

Com as rápidas mudanças nos setores econômico e político na Capital, Aracaju recebeu um número significativo de casas tipográficas que se apropriaram do espaço central para acomodar um setor gráfico em constante evolução. Nesse contexto, a rua da Aurora, a posição mais privilegiada do Quadrado de Pirro, recebeu um total de cinco oficinas tipográficas, além da Imprensa Oficial, mostrando ainda mais o interesse dos sergipanos na produção de impressos. Ademais, instalar gráficas próximas ao porto era vantajoso, já que era a porta de entrada de material gráfico (papel, tinta, tipos e prensas) e aproximava essas casas impressoras do mundo dos negócios, notícias e mercadorias que também chegavam pelo porto (Grupo de Pesquisa Design, Cultura e Sociedade, 2020).

As regiões mais distantes do centro eram habitadas pela classe menos abastada, integrada também pela população negra. Esta, no final do século XIX, havia passado por um marco histórico que mudou as relações e revelou novos projetos nas estruturas sociais do Brasil. A promulgação da Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, ao abolir a escravização no país, interrompeu o projeto elitista que defendia o fim da exploração de mão de obra escravizada de maneira lenta e gradual. Assim, adentramos os meandros do pós-abolição<sup>3</sup>, cujos efeitos e processos se estenderam para o período republicano, iniciado já no ano seguinte à Lei Áurea.

Consoante Souza Neto (2017), Aracaju era uma cidade “nova” e serviu como um caminho para os novos destinos da população negra, egressa ou não da escravização. A presença de indústrias menores, destinadas aos bens de consumo (alimentos, bebidas, cigarros e charutos, vestuário e calçados), de outras maiores (como fábricas de fiação e tecelagem de algodão) e o crescimento de setores como construção civil, comércio, serviços públicos, serviços domésticos e pessoais e transportes resultariam em relações de trabalho desligadas do espaço agrário, ainda vinculado às memórias da escravização, e em outras formas de custear as demandas essenciais de sobrevivência para a população negra.

Apesar das restrições impostas pelo código de posturas<sup>4</sup>, que impedia determinados grupos sociais de habitar os espaços da elite e proibia construções fora

2 Pesquisa acadêmica acerca da Memória Gráfica de Sergipe, realizada pelo Grupo de Pesquisa Design, Cultura e Sociedade (2020) ([dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1142449922073150](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1142449922073150)).

3 Ver Rios e Mattos (2004), Gomes (2005), Mattos e Rios (2005), Fraga Filho (2006), Abreu, Dantas e Mattos (2012) e Gomes e Domingues (2013): no pós-abolição, estão em questão as atitudes individuais e/ou coletivas depreendidas não por ex-escravizados, mas por aqueles que construíram sua história e a História nacional.

4 Leis complexas e abrangentes criadas para gerenciar a cidade, assumidas pelo Estado, e que, segundo Santos (2007, p. 102), “foram acompanhadas de um conjunto de instrumentos jurídicos que garantiram seu policiamento e [...] foram favoráveis [...] para definição de uma periferia desestruturada e segregada sócio-ambientalmente”.

de uma série de regras que foram estabelecidas, a população negra presente na capital no período posterior à abolição chegou a representar 62,7% dos habitantes (Souza Neto, 2017, p. 34). Doravante, observa-se a presença de estudantes negros nas escolas profissionalizantes, como comprovam fotografias de atividades do cotidiano escolar (Figura 1).



Fonte: IFS ([2019]).

Figura 1. Meninos aprendizes da EAA-SE em atividade brincante em data festiva.

Entre a área central e a periférica, a EAA-SE situava-se, até a década de 1963 (Santos Neto, 2015), na rua Lagarto, n. 952, esquina com a rua Maruim. A efetivação da instalação foi retardada em meio às disputas políticas pelas oligarquias estaduais: de um lado, o representante do “olimpismo”<sup>5</sup>, Rodrigues Dória; do outro, o general Oliveira Valladão, senador do estado. Segundo Solange Patrício (2003, p. 68),

5 Monsenhor Olímpio Campos, senador da República, deputado federal e provincial durante o Império, líder político e presidente do estado (1899–1902); assassinado no Rio de Janeiro em 1906, quando os filhos do deputado Fausto Cardoso decidiram se vingar, pois o culpavam pela morte deste na “Revolta de Fausto Cardoso” (1906).

Rodrigues Dória sabia que o projeto, fugindo ao seu controle, atenderia aos interesses dos políticos locais ligados ao Senador Oliveira Valladão, que se beneficiariam com empregos federais através da nomeação de seus parentes ou correligionários. Cômico disso, desfrutou do cargo que ocupava para dificultar-lhes as regalias, delimitando seu raio de influência e atuação, enfraquecendo-os perante os eleitores. A Escola não se submeteu às rédeas do Governo Estadual. [...] Os indícios apurados nos levam a crer que o fator de preponderância que justifica a falta de colaboração no projeto federal foi a hostilidade política existente entre Rodrigues Dória e o grupo que apoiava a instalação da EAA, principalmente na pessoa do Gal. Oliveira Valladão.

As rivalidades não impediram a execução do projeto federal, subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e na data simbólica de 1º de maio de 1911 estava inaugurada a instituição, sob a responsabilidade do diretor Augusto César Leite (1910–1916). A primeira turma da escola sergipana obteve 120 matrículas. Vale destacar que as escolas profissionalizantes participavam de um projeto da elite republicana, que objetivava levar a “ordem e o progresso”, moldando as camadas populares. Por isso,

O ramo da educação profissional era assumido pelo Governo federal e destinado às classes populares a fim de “civilizá-las” em curto prazo e com isso inseri-las de forma ordeira e economicamente viável na ordem republicana idealizada. A moralização das crianças e jovens analfabetos das classes pobres só seria naquela perspectiva eficiente se fosse pelo trabalho, assumindo temporariamente o poder público uma função paternalista a fim de contrabalançar naquele momento histórico uma ordem social extremamente excludente e de baixíssima mobilidade social (Carvalho, 2017, p. 151).

Obedecendo aos preceitos de uma educação cívico-militar, a escola tinha o propósito de “formar operários e contramestres” (Santana; Carvalho; Soares, 2013). Conforme o decreto inicial referente às EAAs, os estudantes deveriam atender a alguns critérios: ser “desfavorecido de fortuna” — parâmetro a ser comprovado com certidão ou “atestação de pessoas idôneas” (Brasil, 1909) —, ter entre 10 e 13 anos, não sofrer de doença infectocontagiosa nem ter “defeitos que impossibilitassem para o aprendizado do ofício” (Santana; Carvalho; Soares, 2013, p. 2–4). A faixa etária permitida para a matrícula foi ampliada em governos seguintes: para 12 a 16 anos, no de Hermes da Fonseca (1910–1914), pelo Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911, conhecido como Regulamento Pedro Toledo; e para 10 a 16 anos, no de Venceslau Brás (1914–1918), pelo Decreto-Lei n. 13.064, de 12 de junho de 1918, chamado de Regulamento Pereira Lima (as designações dos decretos referem-se ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio de cada período).

No que se refere à faixa etária dos alunos da escola de Aracaju, algumas informações são encontradas na revista Sergipe Artífice n. 11<sup>6</sup>, editada duas décadas depois desses regulamentos, em notícia de página inteira intitulada “Nosso

---

6 Antes que a EAA-SE fosse transformada em Escola Industrial de Aracaju, esta edição consistiu em uma publicação mais densa, com 20 páginas (as anteriores tinham quatro ou oito), para informar as realizações do espaço educacional até o ano anterior ao da publicação (1939).

Ambulatório”, que relata as ações do centro médico da escola, dirigido por A. Vieira Dantas, em 1939. No parágrafo que se inicia com “O Pôsto Médico foi procurado durante o ano de 1939, por 324 alunos, obedecendo à discriminação do quadro abaixo” (Sergipe Artífice, 1940, p. 9), encontramos dados sobre a idade dos alunos, adaptados no Quadro 1. Observa-se a frequência de alunos entre 10 e 22 anos.

Quadro 1. Idade dos alunos atendidos no ambulatório da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe. 1939.

Idade dos alunos	Número de atendimentos
10 anos	26
11 anos	55
12 anos	87
13 anos	71
14 anos	41
15 anos	16
16 anos	10
17 anos	9
18 anos	0
19 anos	3
20 anos	5
21 anos	0
22 anos	1
Total	324

Fonte: Adaptado de Sergipe Artífice (1940, p. 9).

A regulamentação relacionava ainda outras regras para o funcionamento das escolas de artífices. No que diz respeito ao ensino dos ofícios, era estabelecido que cada sede deveria ter até cinco oficinas de trabalho manual ou de mecânica. Previa-se, contudo, a possibilidade de ampliação conforme as condições físico-estruturais dos locais-sede, cabendo ao diretor decidir a que se destinaria a expansão. Inicialmente, os cursos ofertados foram o ensino primário e o de desenho, além dos ofícios de ferraria e mecânica, alfaiataria, marcenaria, sapataria e selaria, que completavam o programa de formação. Ressalta-se que não havia uma padronização curricular até a década de 1920.

A oficina de artes gráficas teve início na EAA-SE em 1926, “por intermédio de nova legislação que unificou o currículo das EAAs em todo o território nacional, sem avaliar as especificidades produtivas de cada estado” (Araujo; Cabral, 2024). Tais transformações curriculares ocorreram na Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, por meio da assinatura da Portaria n. 13, de novembro de 1926. A norma alterou a organização das EAAs com a criação de um currículo único, o do Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico, e da permissão legal para a escola produzir em suas oficinas mediante encomenda.

Os ofícios elencados na regulamentação estavam segmentados em nove seções: trabalhos de madeira, trabalhos de metal, artes decorativas, artes têxteis, trabalhos de couro, fabrico de calçados, feitura de vestuário, atividades comerciais e artes gráficas. O currículo desta última era organizado conforme a seriação seguinte:

no terceiro ano<sup>7</sup>, tipografia (composição manual e mecânica); no quarto ano, impressão, encadernação e fotografia; no primeiro ano complementar, foto técnica ou litografia; no segundo ano complementar, especialização. Na EAA-SE, no ano de publicação da primeira edição da revista *Sergipe Artífice*, em 1934, havia cinco seções: trabalhos de madeira, trabalhos de metal, fabrico de calçados, alfaiataria e artes gráficas.

Segundo informações obtidas no acervo da biblioteca do Instituto Federal de Sergipe (IFS), muitas vezes esses meninos aprendizes das artes gráficas não conseguiam completar o curso, pois logo que aprendiam o ofício migravam para as tipografias do centro da capital. De fato, em periódicos da década de 1930, arquivados pela Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória<sup>8</sup>, foram encontrados anúncios de casas tipográficas destinados aos jovens que queriam aprender o ofício (Figura 2). O cruzamento dessa evidência com anúncios da própria escola oferecendo serviços de impressão para a sociedade em geral (Figura 3) pode dar pistas sobre os motivos de esses meninos abandonarem a escola profissionalizante: o grande volume de afazeres na escola concorria com o trabalho remunerado, mesmo que o pagamento desses tipógrafos iniciantes fosse sucateado.

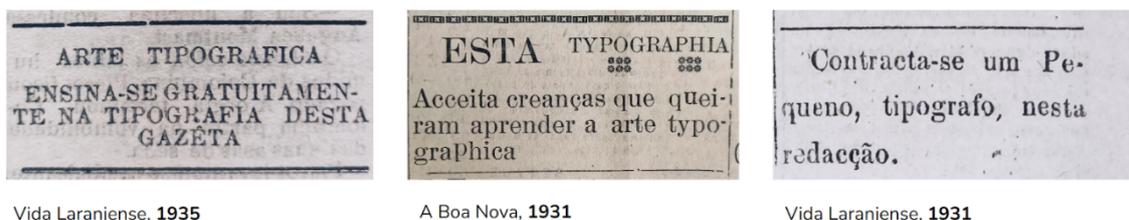


Figura 2. Anúncios de jornais chamando jovens para trabalhar nas tipografias.

## REVISTA SERGIPE ARTÍFICE: SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL NAS ARTES GRÁFICAS

Aos 23 dias de setembro de 1934, circulou na capital sergipana o primeiro número da *Sergipe Artífice*, “órgão da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe”. A data que inaugurou o veículo é simbólica, pois equivale ao 25º aniversário da criação das escolas profissionais. O lançamento do impresso cumpria vários objetivos, entre eles: disseminar conhecimentos no campo técnico e industrial, bem como propagar pensamentos e ideais intelectuais, políticos e de valorização da educação profissional, reforçando os valores das reformas educativas empreendidas nos diferentes momentos históricos. Além disso, tinha a finalidade de divulgar de forma positiva a instituição.

Segundo Araujo e Cabral (2024), o editorial teve a participação de dois grandes professores: Leyda Régis e o mestre da oficina de tipografia e encadernação, Manuel Messias dos Santos, que atuavam com os demais docentes, mestres de

7 Os dois primeiros anos eram uniformes a todos os cursos. O primeiro ano, de estudo primário, era obrigatório para alunos sem certificação escolar; o segundo, de desenho e estudos introdutórios, era para todos, sendo autorizado o adiantamento para anos posteriores, no caso de estudantes que comprovassem conhecimento prévio.

8 Projeto de Iniciação Científica, PID12406-2023 Mestres de Ofício de Sergipe, desenvolvido na Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória – PIBIC/UFS 2023–2024.

outras oficinas e estudantes. A participação dos discentes na Sergipe Artífice consistia na prática da tipografia, liderada pelo mestre Messias: “o objetivo do impresso era que os estudantes tivessem a prática da produção gráfica revelada” (Araujo; Cabral, 2024, p. 9).

Diante do objetivo de identificar esses aprendizes envolvidos no processo de produção gráfica, verificamos na revista a menção a seus nomes. Assim, na análise e coleta de dados dos exemplares, recolhemos os nomes de alunos eventualmente inseridos no final de notícias, na forma de nota entre parênteses, iniciada pela atribuição “composição tipográfica”, seguida do ano do curso e do nome do estudante. Infelizmente, nem todas as notícias identificavam o tipógrafo aprendiz, e em algumas edições essa prática de registro foi abandonada. Além dessa especificação, foram analisadas outras notas e notícias que divulgavam os nomes e cursos dos quais os aprendizes faziam parte. Como resultado, foi possível listar as seguintes denominações:

Os dados apresentados no Quadro 2 contabilizam 31 alunos tipógrafos aprendizes. As informações sistematizadas também confirmam que a prática de tipografia era realizada nas diferentes etapas do curso, com predominância dos estudantes do terceiro ano de adaptação nas atividades ligadas à produção da revista. Ademais, o retrato da organização curricular do curso revela alguns nomes que lograram etapas mais avançadas. Embora isso não signifique que os demais não concluíram ou não avançaram nas fases subsequentes, pode ser um indício da evasão de muitos alunos, problema recorrente em todas as EAAs. As Figuras 4 e 5 mostram alunos que permaneceram na escola e se formaram.



Fonte: Instituto Federal de Sergipe (IFS, [2019]).  
Figura 3. Oficina de Artes Gráficas da EEA-SE.

Quadro 2. Tipógrafos aprendizes citados em ordem alfabética.

Nome	Ano do curso	Mês e ano da revista
Afonso José dos Santos	3º ano Adaptação	09/1939
Agnaldo Santos	3º ano Adaptação	09/1937
	3º ano Adaptação	09/1938
Bertoldo L. Meneses	3º ano Adaptação	09/1937
Cleantes Cavalcante Brito	3º ano Adaptação	09/1938
	3º ano Adaptação	11/1938
	3º ano Adaptação	09/1939
Elisiário Vieira de Azevedo	3º ano Adaptação	09/1936
Fausto Santos Silva	1º ano Adaptação	07/1935
Félix Milton de Oliveira	2º ano Adaptação	09/1934
	1º ano Complementar	09/1935
	Ex-aluno	03/1937
Francisco de Borgia Santana	3º ano Adaptação	09/ 1940
	Não é possível precisar — entre 2ª e 4ª séries	07/1944
Gervasio dos Santos	1º ano Adaptação	07/1935
	3º Ano Adaptação	09/1935
Hunald Teles de Meneses	3º ano Adaptação	11/1938
João Soares	2º ano Adaptação	07/1935
Joaquim de Carvalho Campos	3º ano Adaptação	09/1939
José Ferreira Soares	3º ano Adaptação	09/ 1940
	Diplomado da turma de 1943	07/1944
José Bastos Frota	Não consta	09/1945
José Gabriel dos Santos	1º ano Adaptação	07/1935
	3º ano Adaptação	09/1935
José Valdo de Almeida Farias	3º ano Adaptação	09/1938
	2º ano Adaptação	09/1939
José Vieira dos Santos	Não é possível precisar — entre 2ª e 4ª séries	07/1944
	Não consta	09/1945
Luiz Farias dos Santos	3º ano Adaptação	09/1937
Manoel Batista de Meneses	4º ano Adaptação	11/1938
Manuel Quintino de Moura	Diplomado da turma de 1943	07/1944
Marino Araújo	3º ano Complementar	10/1937
	3º ano Adaptação	09/1938
Nilton Paes de Azevedo	3º ano Adaptação	09/1939
Oscar Dias	3º ano Adaptação	09/ 1940
Osvaldo Torres	3º ano Adaptação	09/ 1940
Paulo Dias Morais	3º ano Adaptação	09/1938
	3º ano Adaptação	11/1938
Pedro Jessé dos Santos	1º ano Adaptação	07/1935
	3º ano Adaptação	09/1935
	1º ano Complementar	11/1938
	2º ano Complementar	09/1939
Pedro Rubens dos Santos	Não é possível precisar — entre 2ª e 4ª séries	07/1944
	Não consta	09/1945
Reinaldo Barroso de Mélo	3º ano Adaptação	09/1938
	3º ano Adaptação	11/1938
Renato Pinheiro de Carvalho	3º ano Adaptação	09/1938
	3º ano Adaptação	11/1938
Valdemar José Duarte	3º ano Adaptação	09/1936
	4º ano Adaptação	10/1937
Walter Correia Silva	1º ano Adaptação	09/1936

Fonte: Sergipe Artífice (1934–1945).



Fonte: Sergipe Artífice (1937, p. 3).

Figura 4. Félix Milton de Oliveira concluiu o curso em 1936, na EAA-SE.



Fonte: Sergipe Artífice (1944, p. 44).

Figura 5. José Ferreira Soares e Manuel Quintino de Moura, formandos pela Escola Industrial de Aracaju em 1943.

De fato, Solange Patrício (2003), com o auxílio de Fonseca (1961), aponta que o abandono escolar predominava na terceira e na quarta séries. Por meio de dados de Cunha (2000), a autora calcula a taxa de evasão em Sergipe e nota uma oscilação nos índices, com períodos de aumento e declínio. A proporção só ficou abaixo de 26% em 1936 e 1937. Enquanto a desistência dos alunos preocupava dirigentes e professores da escola, possivelmente nutria as inúmeras tipografias do centro da capital.

Não obstante as limitações, as informações disponíveis nas revistas Sergipe Artífice, digitalizadas e disponibilizadas no memorial digital do Instituto Federal de Sergipe (IFS, 2021), sobressaíram alguns nomes nas etapas mais avançadas do curso: Félix Milton de Oliveira (Figura 4), que concluiu o curso em 1936; José Ferreira Soares e Manuel Quintino de Moura (Figura 5), diplomados na turma de 1943; Pedro Jessé dos Santos, que em 1939 cursou o segundo ano complementar; e Valdemar José Duarte e Manoel Batista de Meneses, que cursaram o quarto ano de adaptação em 1937 e 1938, respectivamente. É importante destacar que Manuel Quintino de Moura não é mencionado em nenhuma nota sobre composição tipográfica, contudo foi um dos poucos concluintes informados no período de existência da revista.

Para avançarmos sobre os sujeitos e as práticas da tipografia, destacamos a importância da já mencionada professora Leyda Régis, que incentivou a produção textual dos discentes das diversas oficinas. Os textos dos alunos discorriam sobre vários temas, alguns deles levavam a assinatura do redator. Assim, selecionamos um novo recorte de busca: identificar as notícias com a assinatura dos tipógrafos aprendizes. Para isso, cruzamos os dados do Quadro 2 com as assinaturas identificáveis dos redatores, o que resultou nos seguintes nomes: Félix Milton de Oliveira, Pedro Jessé dos Santos, Manoel Quintino de Moura, Pedro Rubens dos Santos, Renato Pinheiro de Carvalho, Paulo Dias Morais, Bertoldo L. Meneses e Elisiário Vieira de Azevedo. As notícias com identificação de autoria de aprendizes, conforme o tipo textual, classificam-se como crônica, artigo de opinião, texto descritivo e texto educativo. Já o conteúdo referia-se à história da tipografia, a datas cívicas e comemorativas, além de economia, política e práticas educativas extraclasse. Pode-se observar, assim, que o trânsito por diversos temas envolvia a formação do tipógrafo, que englobava tanto a aquisição de conhecimentos gerais quanto de saberes práticos na oficina de artes gráficas.

Sobre os saberes práticos, retomamos as ações do outro professor acima nomeado, o mestre Messias. Além de ensinar sobre as artes gráficas, ele participou da produção da revista, para a qual também escreveu textos, discorrendo sobre tipografia. Segundo Araujo e Cabral (2024, p. 10), ele “foi um mestre que também inseriu conteúdo sobre a história gráfica e, de maneira reflexiva, explicitava a relevância social da atividade prática exercida na Oficina de Tipografia e Encadernação”.

Nesse aspecto, destacamos que a transmissão da ideia da tipografia como a mais distinta das artes gráficas perpassou a construção da identidade de tipógrafo desde o início da revista Sergipe Artífice, influenciada por um discurso de natureza

funcionalista, que prevê a produção de uma composição gráfica de caráter utilitário para propiciar uma leitura facilitada e amigável: “o tipógrafo devia ter ‘apurado gosto artístico’ para poder fazer as escolhas certas, considerando que cada composição tem um ‘gênero’ que deve ser anunciado pelo desenho dos tipos, filetes e vinhetas” (Araujo; Cabral, 2024, p. 17).

Laivos dessa influência se apresentam no texto de aprendizes, pois, assim como o mestre, dois pupilos escreveram sobre tipografia e artes gráficas em momentos distintos: Félix Milton de Oliveira que, quando cursou o segundo ano de adaptação, foi o autor da matéria “Minha Arte Minha Oficina”, publicada na revista inaugural de 1934; e Pedro Jessé dos Santos, que, no segundo ano complementar, escreveu “Principais Artes”, presente no décimo exemplar, datado de 23 de setembro de 1939.

O trabalho dos professores e alunos na produção de material gráfico se deu de forma contínua entre 1934 e 1945. Contudo, em 1941 e 1942 não houve impressão de edições.

## **ASPECTOS GRÁFICOS E INFORMACIONAIS DA REVISTA SERGIPE ARTÍFICE**

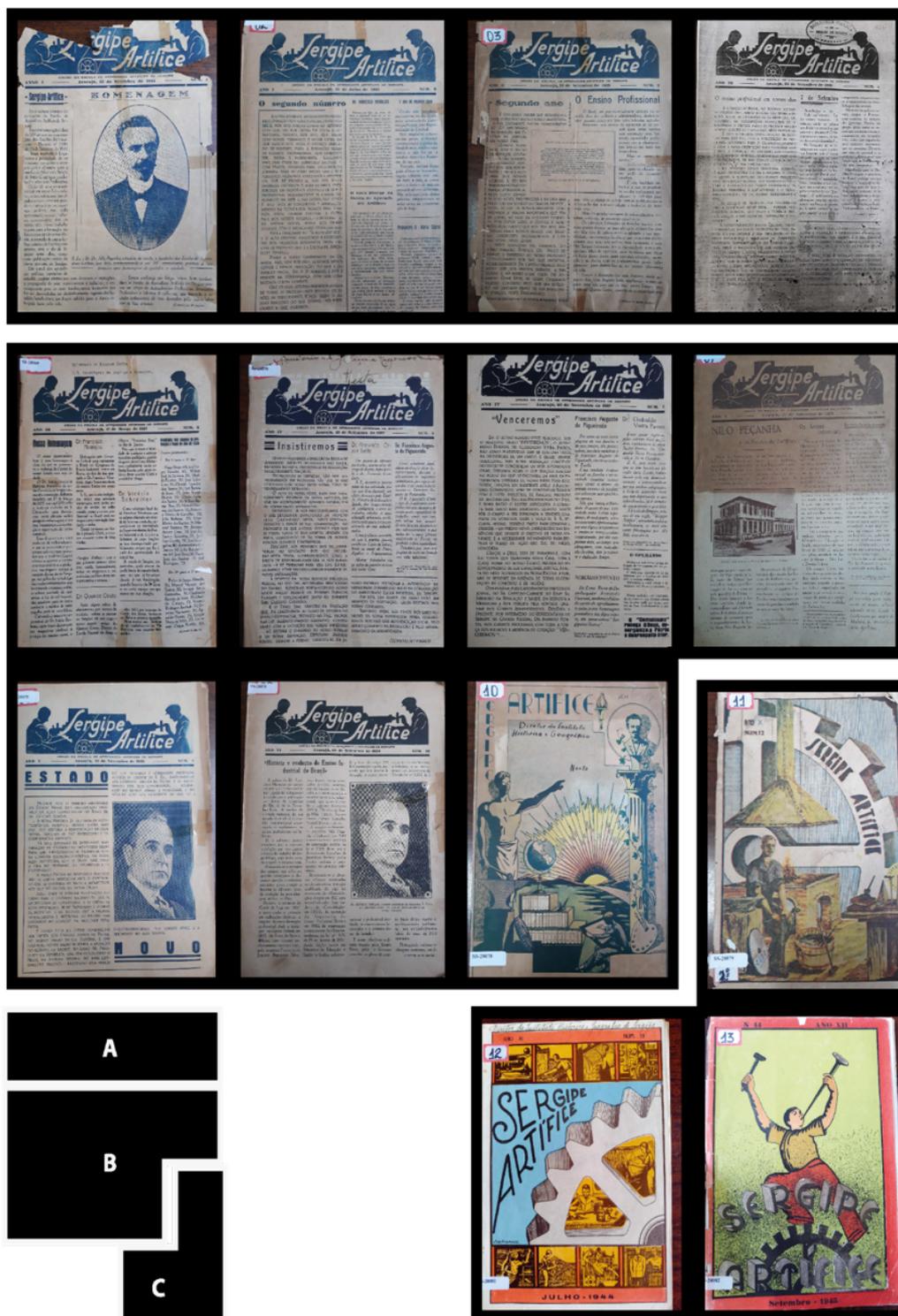
Para compreender os quesitos gráficos empregados por esses profissionais, examinamos as capas das 14 edições da Sergipe Artífice.

A produção da revista foi mantida na oficina de artes gráficas mesmo com as mudanças institucionais, ou seja, o periódico foi editado pelas diferentes escolas que ocuparam as mesmas instalações: EAA-SE, Liceu Industrial de Aracaju e Escola Industrial de Aracaju. Como consta na Figura 6, a EAA-SE, que funcionou de 1911 a 1937, produziu as edições de número 1 (1934), 2 e 3 (1935) e 4 (1936). Em 1937, a escola mudou de nome e direção, tornando-se, até 1942, o Liceu Industrial de Aracaju, responsável pela produção dos números 5, 6 e 7, em 1937; 8 e 9, em 1938, bem como, nos anos seguintes: 10 (1939) e 11 (1940). Em 1942, em nova mudança, foi instalada a Escola Industrial de Aracaju, onde foram impressos os últimos três números da revista: 12 (1943), 13 (1944) e 14 (1945).

Observamos que, desde a 11ª edição, a capa adquiriu um arranjo visual elaborado, com ilustração colorida e título desenhado, no lugar do cabeçalho com as silhuetas desenhadas de dois aprendizes repetidamente impressas na primeira página até a décima edição. A inovação pode ser vista como um prelúdio para os novos tempos da instituição e da revista. Ressalta-se ainda a significativa mudança do miolo pelo uso expressivo de fotografias, gravuras e cores na impressão, um indicativo de transformação tecnológica nos processos gráficos.

Depois de uma lacuna de dois anos, em 1943 saiu o n. 12, com uma configuração diferente na capa: um novo elemento, a engrenagem, presente nas três últimas edições da revista. O símbolo, comum na representação das profissões com processos fabris mecanizados, transmite a ideia de movimento constante, cabal e ordenado, condizente com uma educação racionalista de preparação do operário, profissional subjugado ao sistema de produção em massa.

A formação dos mestres de ofício da imprensa sergipana no contexto da educação profissionalizante do início do século XX



A. Escola Aprendizes Artífices de Sergipe - EAA- SE (1911-1937): 1ª (set. 1934), 2ª (jul. 1935), 3ª (set. 1935), 4ª (set. 1936);  
 B. Liceu Industrial de Aracaju (1937-1942): 5ª (mar. 1937), 6ª (set. 1937), 7ª (nov. 1937), 8ª (set. 1938), 9ª (nov. 1938), 10ª (set. 1939), 11ª (set. 1940);  
 C. Escola Industrial de Aracaju - EIA (1942-1965): 12ª (set. 1943), 13ª (jul. 1944), 14ª (set. 1945).

Fonte: Capas: IFS (2021); datas das escolas: Santos Neto (2015)<sup>9</sup>.

Figura 6. Capas das 14 edições da revista Sergipe Artífice.

<sup>9</sup> Apesar de Santos Neto (2015) classificar as fases pelas nomenclaturas que a escola assumiu ao longo do tempo, a revista não modificou o subtítulo "Orgão da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe" até a 12ª edição.

Em termos de leiaute e paginação, até o n. 10, a revista era produzida com quatro a oito páginas e, por isso, não era encadernada. A configuração gráfica tinha a aparência familiar de um jornal (Figura 7): *grid* de colunas estreitas e, em algumas páginas, composto com *grid* retangular.

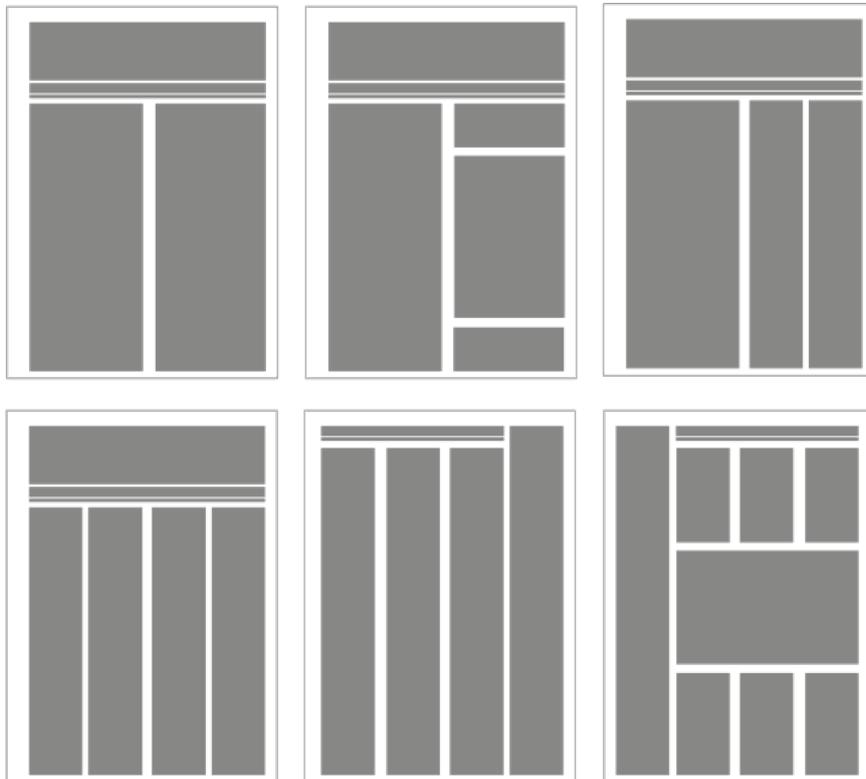


Figura 7. Leiaute das páginas da revista Sergipe Artífice (n. 1 a n. 10).

Somente em 1940, na edição de n. 11, a revista passou, como relatado, por uma transformação na configuração gráfica: o número de páginas aumentou para no mínimo 20 e as capas ficaram mais elaboradas sob a perspectiva visual. Nas matérias escritas pelos aprendizes, aparecem o processo de construção gráfica, os conceitos abordados e as etapas técnicas da produção. Por exemplo, em 1944, na edição n. 13 (Figura 8), o texto “A capa do Sergipe Artífice” aborda a autoria da ilustração, os envolvidos na composição tipográfica e o processo de produção gráfica:

A capa da revista, projeto do nosso professor de Desenho Técnico, José de Andrade, enfeixa num conjunto harmonioso o sentido dos misteres profissionais enquadrados em nossa organização escolar.

A parte tipográfica foi executada pelos colegas da segunda, terceira e quarta série. Os fundos foram gravados pelos alunos da quarta série, em obediência ao seguinte processo: preparação da madeira básica no tamanho desejado, colocando-se nela a fibra; prova do clichê a imprimir, com bastante tinta, transportando-a para fibra imediatamente; gravação com auxílio do buril do fundo desejado.

Assim, o clichê impresso em azul foi gravado a buril, sôbre fibra, pelo aluno Pedro Rubens Santos; A cor de prata, pelo aluno José Vieira dos Santos; e o amarelo pelo autor destas linhas.



Fonte: IFS (2021).

Figura 8. Capa e página dupla do miolo da revista Sergipe Artífice, n. 13 (1944).

Não é demasiado dizermos aqui também, que na impressão do referido trabalho contamos com o esforço e a boa vontade do artífice Antúvio Fontes, e o interesse de alguns colegas das séries acima relacionadas.

Francisco de Borja Santana, 4ª série (Santana, 1944, p. 31).

Na mesma edição, na matéria intitulada "Jornais que nos visitam", fica evidente que outras escolas técnicas do Brasil também produziam revistas e que mantinham correspondência entre si. O texto menciona, por exemplo, que foram recebidos "num intercâmbio de cordialidade, os órgãos oficiais das Escolas Técnicas de Salvador e de Vitória, da Escola Industrial de Belém", entre outras (Sergipe Artífice, 1944, p. 19).

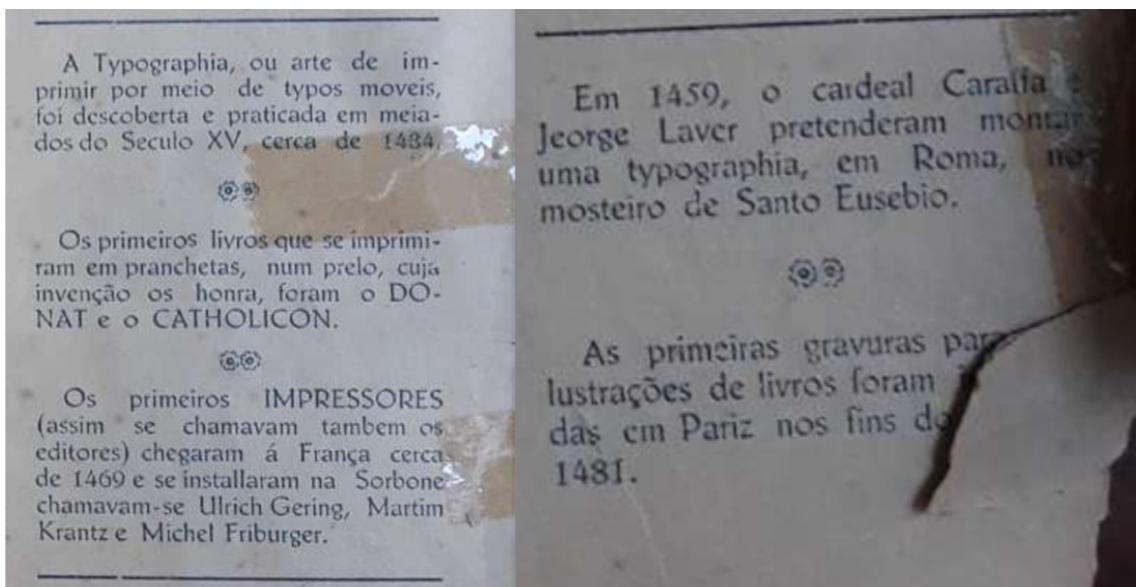
Quanto ao conteúdo, é possível perceber como as mudanças no campo da política educacional engendrada no governo de Vargas moldaram as formas de apresentação das artes gráficas, incluindo a tipografia. No primeiro artigo encontrado sobre o tema, a arte tipográfica é descrita como "a que mais se tem distinguido por sua beleza e utilidade [...] É ela que vem [...] desenvolvendo inteligências, semeando 'livros... livros à mão cheia'" (Sergipe Artífice, 1934, p. 4). Observa-se que o intuito é demonstrar a necessidade de melhor aparelhamento da oficina da seção de artes gráficas, para que esta cumpra seu objetivo, qual seja, produzir "a arte" em questão.

Já no segundo texto sobre o tema, há uma conciliação na exposição, pois ele se inicia como segue: "Tratando-se do problema das artes, vemos que todas elas

são de indiscutível valôr, pois cada uma tem um precioso fim” (Sergipe Artífice, 1939, p. 6). Assim sendo, mecânica e marcenaria são artes, e “As Artes Gráficas servem de alicerce àquelas, direta ou indiretamente, são a alavanca para o progresso da Instrução” (Sergipe Artífice, 1939, p. 6). Há o esforço de informar como a mecânica e as artes gráficas são indissociáveis, por isso o progresso de ambas é impulsor do desenvolvimento industrial. Nesse aspecto, infere-se a preocupação de transmitir uma imagem que ateste a importância das artes gráficas na promoção da industrialização.

Apesar das diferenças, os dois artigos têm dois pontos em comum: a ideia da tipografia ou das artes gráficas como arte e o caráter reivindicatório para o aperfeiçoamento das estruturas físico-tecnológicas — no caso do texto produzido em 1939, tanto para as artes gráficas quanto para a mecânica, por isso, no encerramento coloca-se: “Aguardamos, ansiosos, a construção do novo prédio do nosso ‘Liceu Industrial’, que deverá ser amplo e de uma eficiência precisa para expansão das duas belas-artes” (Sergipe Artífice, 1939, p. 6).

Por fim, é importante mencionar que, desde os primeiros números da revista, se encontram notas (Figuras 9 e 10) sobre curiosidades, desenvolvimento tecnológico e fatos históricos mundiais associados ao que os autores denominavam “arte tipográfica”, “arte de imprimir”, como a impressão de livros, primeiros impressores, primeiras obras impressas, gravuras e ilustrações e outros temas de interesse.

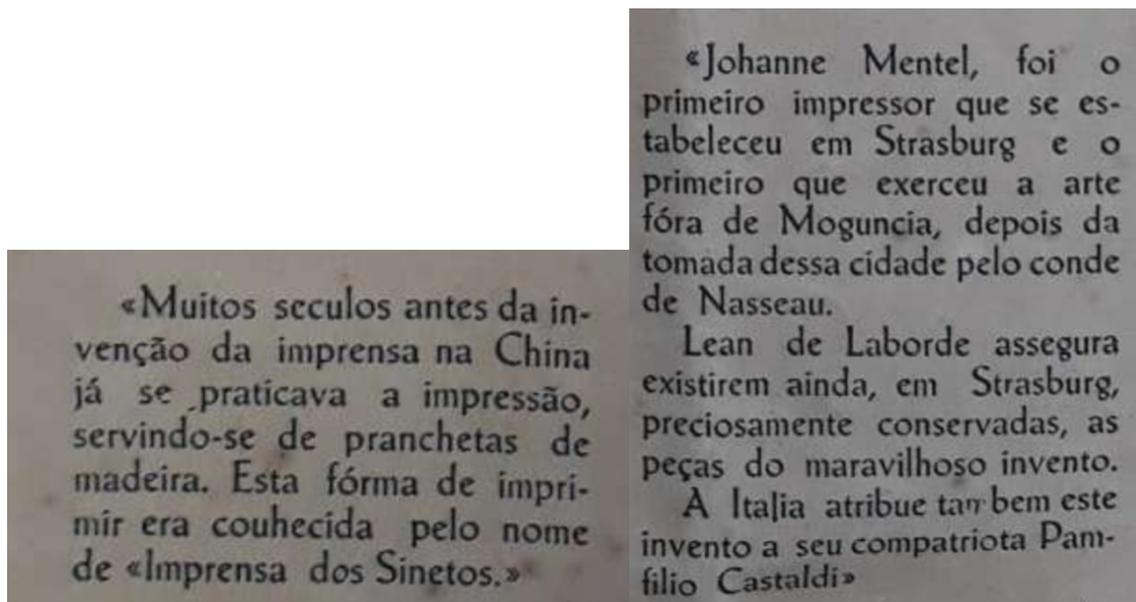


Fonte: Sergipe Artífice (1934, p. 4–5).

Figura 9. Notas na revista Sergipe Artífice, n. 1 (1934).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Santos Neto (2015, p. 38), a história das escolas de aprendizes artífices é “marcada pelo esforço de desenvolvimento educacional e profissional dos brasileiros, promovidos pelo poder público federal”. Porém, se no plano operacional a escola tinha o propósito de “formar operários e contramestres” (Santana; Carvalho; Soares, 2013), o conteúdo das revistas Sergipe Artífice ultrapassa esse



Fonte: Sergipe Artífice (1935, p. 2).

Figura 10. Notas na revista Sergipe Artífice, n. 2 (1935).

posicionamento, pois elenca a tipografia como parte de uma arte útil e bela<sup>10</sup>, assim como demonstra o interesse dos docentes pela história da técnica e pela composição gráfica, expresso em textos que relacionam princípios artísticos e históricos à formação prática dos artífices.

Como visto, a educação profissional e tecnológica no Brasil passou por diversas mudanças ao longo da história política, influenciada pelas ações de diferentes governos e sua visão sobre os conhecimentos técnicos considerados necessários para a inserção de profissionais no processo de industrialização do país.

Na Primeira República (1889–1930), durante o governo de Nilo Peçanha, as EAAs foram inauguradas com o objetivo de ensinar determinados ofícios aos estudantes, com ações permeadas pela ideia de assistencialismo. Por isso, conforme o decreto que regulamentou a implementação das escolas, estas atendiam inicialmente aos menos favorecidos na faixa etária entre 10 e 13 anos. Posteriormente, o decreto de 1918 sobre o tema estendeu a idade máxima de ingresso para 16 anos. Nesse período, o foco passou a ser a formação de caráter moral para orientação das classes menos favorecidas, de onde vinham os futuros trabalhadores.

A chegada do presidente Getúlio Vargas ao poder, por meio da Revolução de 1930, colocou fim à primeira fase da República. Durante o primeiro governo de Vargas, que durou até 1945, as ações no âmbito da educação, como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a observância da educação profissional como dever do Estado, levaram à transformação das EAAs em liceus industriais.

10 Na revista *Sergipe Artífice*, beleza e utilidade aparecem ligadas ao estilo. Assim, um profissional do setor deve ser sensível à arte da tipografia e capaz de escolher adequadamente conforme cada conteúdo e seu significado. “De todas as artes, a que mais se tem distinguido por sua beleza e utilidade, é a arte typographica. É ela que vem [...] desenvolvendo inteligências, semeando ‘livros ... livros à mão cheia’, ao alcance de todos quantos se queiram aperfeiçoar na escola do saber. Bendito, portanto, seja Guttenberg, o grande ‘arauto da luz’, o fundador desta obra gigantesca, que é a arte typographica” (*Sergipe Artífice*, 1934, p. 4).

Com a Reforma Capanema, na década de 1940, implementada pelo ministro da Educação Gustavo Capanema, essas instituições se transformaram em escolas industriais e técnicas, mudança que refletiu uma nova perspectiva para a educação profissionalizante. Segundo Ramos (2014), foi deixado de lado o caráter assistencial e adotada a ideia de formação voltada para os trabalhadores das fábricas que surgiam no processo de desenvolvimento industrial proposto pelo governo de Vargas. Nesse contexto, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, o critério para admissão nos cursos industriais era ter entre 12 e 17 anos.

Nessa perspectiva, a investigação sobre a formação dos mestres de ofício da imprensa sergipana no contexto da educação profissional do início do século XX, por meio da análise de 14 revistas produzidas na época, identificou como as mudanças na política educacional destinada à educação profissional no Brasil influenciaram a organização curricular, as práticas pedagógicas, as funções dos professores, as atividades dos estudantes, a formação dos tipógrafos e as características do projeto gráfico da revista Sergipe Artífice.

A investigação para revelar quem participava da produção técnica de impressos nas primeiras décadas do século XX não é fácil, mas a observação dos artefatos encontrados, como a própria revista, fez reluzir informações para pesquisas futuras na área da História, do *design* e da memória gráfica. Assim, destacamos como resultado a sistematização dos nomes dos sujeitos envolvidos na produção da revista e a participação de uma mulher na gestão desse relevante instrumento de comunicação impressa de Sergipe.

Sem dúvida, restam ainda várias questões para a pesquisa alcançar, entre elas, as interrogações suscitadas pelos nomes revelados: o que aconteceu com esses sujeitos aprendizes? Quais caminhos profissionais eles seguiram? Continuaram trabalhando com impressos? Não há garantia de que essas perguntas poderão ser respondidas, mas o caminho se abre para novas investigações. Além disso, despontaram outras indagações: havia diálogo ou aproximação nas características gráficas das revistas congêneres? O contato com outras revistas influenciou alguma modificação na produção gráfica da Sergipe Artífice? A mudança drástica na produção desde a década de 1940 envolve uma padronização de nível nacional?

A edição de 1943, é preciso ressaltar, resultou na ruptura de toda a configuração existente até então, e não foi por acaso. No ano anterior, no âmbito da Reforma Capanema, foram promulgadas várias leis orgânicas, inclusive para regulamentar o ensino profissional no país, como o Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Brasil, 1942). Nesse momento, “nasceu” a Escola Industrial de Aracaju e, em substituição à seção de “artes gráficas”, foi elaborada a formação profissional em ensino industrial básico e ensino de maestria, com a oferta de estudos sobre tipografia e encadernação para ambas as modalidades.

Antes de entrarmos em contato com a revista, os anúncios em jornais da época chamando “creanças” para o trabalho nas tipografias eram apenas um fato curioso. Ao estudarmos sobre as oficinas de artes gráficas das unidades profissionalizantes

e descobrirmos a idade desses aprendizes, tais chamadas ficaram compreensíveis. Esses meninos deviam ser os chapistas que compunham os textos para impressão e os profissionais que organizavam as gavetas de tipos e limpavam o maquinário e as ferramentas. Partindo do estudo detalhado da revista, podemos inferir que, ademais, trabalhavam na configuração gráfica. Isso quer dizer que esses jovens eram responsáveis pela composição dos impressos, mas estão ausentes na história gráfica. Entre os jornais examinados durante a pesquisa, aqueles que anunciavam oportunidades de trabalho para as crianças apenas mencionavam o nome do editor e, ocasionalmente, da casa tipográfica.

A busca pelos sujeitos que sujavam as mãos de tinta na produção da comunicação impressa de Sergipe, desde a implantação do primeiro prelo do estado, na província de Estância, na década de 1830, tem sido intensa e ininterrupta para o Grupo de Pesquisa Design, Cultura e Sociedade (Design/UFS/CNPq). Mesmo não sendo uma investigação fácil, a observação dos artefatos encontrados, como a revista Sergipe Artífice, torna possível a compreensão de uma série de aspectos relevantes para a memória gráfica do estado e, conseqüentemente, a brasileira.

Encerramos nosso artigo, no qual, além de revelar nomes e práticas, damos contorno aos sujeitos invisíveis da história, pessoas que, na realidade cotidiana da comunicação impressa em Sergipe, permitiam a circulação das informações políticas, culturais e econômicas no estado.

Este texto foi produzido como parte da pesquisa sobre a Memória Gráfica de Sergipe, iniciada em 2017 pelo Grupo de Pesquisa Design, Cultura e Sociedade (Design UFS/CNPq). Alguns resultados já foram reunidos e compartilhados em artigos e livros. Considerando que o universo a ser explorado e contado ainda é imenso, o esforço aqui é contribuir para a construção da história gráfica do estado e compor com densidade os estudos acerca da memória gráfica brasileira, tornando a história local uma memória nacional possível.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (Org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

ARAUJO, Germana Gonçalves de; CABRAL, Fabrícia Guimarães Sobral. Revista Sergipe Artífice: documentos da formação profissional na história gráfica brasileira. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE LATINO-AMERICANA DE CULTURA GRÁFICA, 1., e RASTROS LEITORES – SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA EDIÇÃO E DO LIVRO, 3., 2024. **Anais...** Belo Horizonte: Red Latinoamericana de cultura gráfica – RED-CG, 2024. Disponível em: [https://redculturagrafica.org/wp-content/uploads/2024/08/Anais\\_Red\\_2023\\_v\\_2.pdf](https://redculturagrafica.org/wp-content/uploads/2024/08/Anais_Red_2023_v_2.pdf). Acesso em: 13 dez. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

- CARVALHO, Marcelo A. Monteiro. **Nilo Peçanha e o sistema federal de Escolas de Aprendizes Artífices (1909 a 1930)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- DANTAS, José Ibarê da Costa. **História de Sergipe: República 1889-2000**. Aracaju: Seduc, 2022.
- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- GRUPO DE PESQUISA DESIGN, CULTURA E SOCIEDADE. **Memória Gráfica de Sergipe**. Universidade Federal de Sergipe (Relatório de Pesquisa). São Cristóvão, 2020.
- INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). **Memorial do IFS: Escola de Aprendizes Artífices**. Aracaju: Instituto Federal de Sergipe, [2019]. Disponível em: <https://br.pinterest.com/ifsimagem/memorial-do-ifs/escola-de-aprendizes-artifices/>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). *Revistas Sergipe Artífices*. In: INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Memorial do IFS**. Aracaju: Instituto Federal de Sergipe, 2021. Disponível em: <https://ifs.edu.br/revistas-memorial-do-ifs.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PATRÍCIO, Solange. **Educando para o trabalho: a Escola de Aprendizes Artífices em Sergipe (1911-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.
- RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. v. 5. (Coleção Formação Pedagógica.) Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/32019/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004. <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005>
- SANTANA, Francisco de Borja. A capa do Sergipe Artífice. **Sergipe Artífice**, Aracaju, ano XI, n. 13, p. 31, jul. 1944.
- SANTANA, Mário Henrique Freire de Carvalho; CARVALHO, Andréa Freire de; SOARES, Maria José Nascimento. Panorama histórico das Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 7., 2013, São Cristóvão. **Anais [...]**. Aracaju: UFS, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10339/18/17.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.
- SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. Da Escola de Aprendizes ao Instituto Federal de Sergipe: 1909–2009. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 2, p. 25-39, 2015. <https://doi.org/10.15628/rbept.2009.2940>
- SERGIPE ARTÍFICE. Aracaju: Escola de Aprendizes Artífices-SE, ano I, n. 1, 23 set. 1934.
- SERGIPE ARTÍFICE. Aracaju: Escola de Aprendizes Artífices-SE, ano I, n. 2, 16 jul. 1935.
- SERGIPE ARTÍFICE. Aracaju: Escola de Aprendizes Artífices-SE, ano III, n. 5, 17 mar. 1937.
- SERGIPE ARTÍFICE. Aracaju: Escola de Aprendizes Artífices-SE, ano VI, n. 10, 23 set. 1939.
- SERGIPE ARTÍFICE. Aracaju: Escola de Aprendizes Artífices-SE, ano VII, n. 11, 23 set. 1940.
- SERGIPE ARTÍFICE. Aracaju: Escola Industrial de Aracaju, ano XI, n. 13, jul. 1944.

A formação dos mestres de ofício da imprensa sergipana no contexto da educação profissionalizante do início do século XX

SERGIPE ARTÍFICE. Aracaju: Escola de Aprendizes Artífices-SE: Escola Industrial de Aracaju, 1934-1945.

SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. **Saindo das senzalas, mas não da história:** libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900). São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

## Sobre os autores

**Germana Gonçalves de Araujo:** pós-doutora em Poéticas Visuais pela Universidade Estadual de Campinas.

**Fabricia Guimarães Sobral Cabral:** doutora em Ciências Antropológicas pela Universidad Autónoma Metropolitana (Iztapalapa, México).

**Aglaene dos Santos Mendonça:** mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe.

**Conflito de interesses:** nada a declarar – **Fonte de financiamento:** nenhuma.

**Contribuições dos autores:** Araujo, G. G.: administração do projeto, análise formal, investigação, metodologia, escrita (primeira redação), escrita, revisão e edição. Cabral, F. G. S.: análise formal, investigação, escrita (primeira redação), escrita, revisão e edição. Mendonça, A. S.: curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, escrita — primeira redação.

